



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 647/2013

Altera a Lei nº 6.286, de 15 de junho de 1972,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 6.286, de 15 de junho de 1972,
passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e
Amigos dos Excepcionais de Mandaguari, com sede e foro no
Município de Mandaguari.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de março de 2014.



ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 648/2013

Altera a Lei nº 12.287, de 18 de agosto de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.287, de 18 de agosto de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Fênix, com sede no Município de Fênix e foro no Município de Engenheiro Beltrão."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de março de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 649/2013

Altera a Lei nº 10.583, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.583, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matelândia, com sede e foro no Município de Matelândia.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de março de 2014.

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Relator *9886n esso*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 650/2013

Altera a Lei nº 10.840, de 5 de julho de 1994,
de concessão de Título de Utilidade Pública.


Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.840, de 5 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

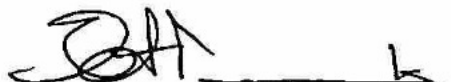
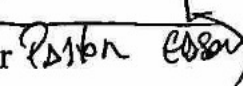
“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porecatu, com sede e foro no Município de Porecatu.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


João Carlos


Relator 


João Carlos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 651/2013


Altera a Lei nº 15.683, de 27 de novembro de 2007, de concessão de Título de Utilidade Pública.

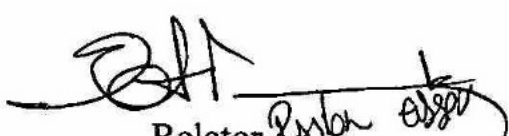
Art. 1º O art. 1º da Lei nº 15.683, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

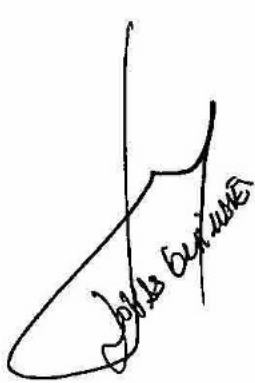
"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Núcleo de Apoio à Criança Especial de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba."

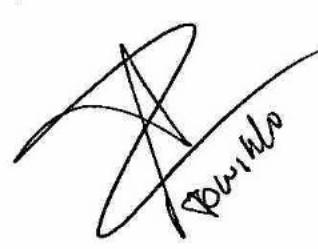
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 744/2013

Altera a Lei nº 7.404, de 26 de novembro de 1980, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.404, de 26 de novembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jataizinho, com sede no Município de Jataizinho e foro no Município de Ibiporã."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de março de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator *Relator*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 802/2013

Dispõe sobre a adequação das carreiras, cargos e vencimentos dos servidores na estrutura organizacional do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA DAS CARREIRAS

Art. 1º As carreiras do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR denominam-se:

I - carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia, composta pelos cargos de Auxiliar em Ciência e Tecnologia, Assistente em Ciência e Tecnologia e Analista em Ciência e Tecnologia, sendo cada cargo estruturado em três classes compostas por quinze referências salariais contínuas, em ordem de valores crescentes, compostos por funções multiocupacionais;

II - carreira Técnico-Científica, composta pelo cargo de Pesquisador, estruturado em três classes compostas por quinze referências contínuas, em ordem de valores crescentes, composto por função singular.

§ 1º Cargo é a unidade funcional básica de ação do agente público correspondente ao conjunto de atribuições semelhantes quanto a sua natureza e complexidade.

§ 2º Função é o conjunto de atribuições e tarefas de mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao cargo, podendo ser singular ou multiocupacional.

§ 3º Função multiocupacional é aquela cuja escolaridade determina atuação genérica na carreira, no cargo e na classe.

§ 4º Função singular é aquela cuja escolaridade determina profissionalização específica na carreira, no cargo e na classe.

§ 5º Classe é o escalonamento hierárquico do agrupamento de funções vinculadas à crescente exigência do nível de complexidade, grau de responsabilidade profissional ou escolaridade, constituindo-se a linha natural de crescimento do servidor no cargo.

Art. 2º A disposição da estrutura, a quantidade de vagas e os requisitos mínimos de escolaridade para ingresso, de acordo com as carreiras, cargos e classes que determinam a linha de desenvolvimento profissional dos servidores constam no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As classes que compõe os cargos da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e as classes que integram o cargo da carreira Técnico-Científica são sobrepostas, tendo a classe imediatamente superior valores integrantes ou próximos à classe imediatamente inferior, em valores sempre crescentes, com intervalo de 3,6% (três vírgula seis por cento) entre uma referência salarial e a seguinte.

Art. 3º A correlação das carreiras com os respectivos cargos, classes e funções, estabelecida pela Lei nº 15.179, de 30 de junho de 2006, e a presente Lei encontra-se disposta na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 4º A jornada de trabalho dos servidores ocupantes dos cargos de Auxiliar, de Assistente e de Analista em Ciência e Tecnologia da Carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e no cargo de Pesquisador da Carreira Técnico-Científica é de quarenta horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento básico constante do Anexo III desta Lei.

Art. 5º A jornada de trabalho dos servidores que atuam em atividades ou em locais considerados insalubres, perigosos ou penosos obedecerá à legislação específica vigente.

Art. 6º A definição das atribuições do servidor e das funções dos cargos e demais especificações constará no Perfil Profissional dos cargos e que será elaborado em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, por iniciativa do IAPAR, em

conformidade com as necessidades institucionais.

CAPÍTULO II DO PROVIMENTO E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 7º O provimento do cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia dar-se-á na referência salarial inicial da Classe B, em correspondência à escolaridade exigida para o ingresso (Anexos I e II).

Art. 8º O provimento dos cargos de Assistente e Analista em Ciência e Tecnologia da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e do cargo de Pesquisador da carreira Técnico-Científica, dar-se-á na referência salarial inicial das Classes C ou B, em correspondência à escolaridade exigida para o ingresso (Anexo I).

§ 1º O ingresso nos cargos das carreiras Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Técnico-Científica dar-se-á após o atendimento aos seguintes requisitos:

- I - existência de vaga no cargo;
- II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;
- III - inspeção e avaliação médica obrigatória por órgão pericial do Estado do Paraná ou credenciado pela Instituição, podendo a avaliação psicológica ser integrada à inspeção médica, em conformidade ao previsto para o cargo no Perfil Profissional;
- IV - registro profissional no órgão de classe para o desenvolvimento das atividades cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei; e
- V - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo e da função, previstos em legislação ou contemplados em edital de regulamentação de concurso público.

§ 2º A comprovação do preenchimento dos requisitos previstos no § 1º deste artigo precederá a nomeação, sendo que o requisito previsto no inciso III terá caráter eliminatório.

Art. 9º O estágio probatório será de três anos de exercício no cargo e classe de ingresso, durante o qual o servidor será

acompanhado e avaliado no desempenho de sua função.

§ 1º O servidor será considerado estável após aprovação no estágio probatório por meio de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório, efetuada por comissão instituída para essa finalidade.

§ 2º A Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório, para atender à finalidade do parágrafo anterior, deverá considerar os requisitos especificados no Perfil Profissional do cargo, da classe e da função de ingresso.

§ 3º Considerado inapto na Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório o servidor será exonerado, de acordo com os termos da legislação vigente, podendo ser convocado o candidato na ordem de classificação imediatamente inferior ao último candidato convocado, na vigência do concurso público.

§ 4º A Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório será aplicada para todos os servidores de ambas as carreiras e, considerado estável, o servidor terá automaticamente avanço para a terceira referência salarial da classe no cargo que ingressou.

§ 5º É vedada a promoção e todas as progressões para os servidores de ambas as carreiras que estiverem em estágio probatório e antes de decorridos os tempos previstos em cada instituto descrito nesta Lei.

Art. 10. A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório avaliará a frequência, a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do servidor no desempenho das atribuições e atividades do cargo e classe para os quais foi nomeado, em conformidade à regulamentação do IAPAR e legislação vigente.

Parágrafo único. Na acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório do servidor será cumprido de forma independente de cada um dos cargos/funções para os quais tenha sido nomeado.

Art. 11. A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório será suspensa nas seguintes situações, até cumprimento do tempo legal:

I - tratamento da própria saúde;

II - licença-maternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;

III - licença-paternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;

IV - doença na família, na forma da legislação vigente;

V - concorrência a mandato eletivo;

VI - mandato eletivo ou sindical;

VII - assunção de cargo de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, se for exercer funções diversas daquelas previstas no edital de concurso de ingresso na carreira;

VIII - disposição para outras esferas de poder - municipal, estadual, federal;

IX - remoção a pedido para a Administração Direta e Autárquica, com exceção da remoção *ex officio* para unidades organizacionais, no interesse do órgão em que estiver alocado o servidor ou no interesse da Administração Pública.

§ 1º No retorno do servidor ao exercício de seu cargo e função, a Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório será retomada pelo prazo remanescente.

§ 2º Não será considerado afastamento de cargo e função a assunção, pelo servidor em estágio probatório, de cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança no âmbito do IAPAR e desde que tal cargo seja da estrutura organizacional na qual foi lotado e que seja afim às tarefas desempenhadas pelo seu cargo e função efetivos.

Art. 12. No caso de superveniência de legislação estadual específica sobre Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório, o IAPAR passará a adotá-la.

CAPÍTULO III **DO PERFIL PROFISSIONAL**

Art. 13. Será adotado o Perfil Profissional para a realização de concurso público, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades organizacionais, formação,

capacitação profissional, aperfeiçoamento e outros institutos de desenvolvimento em cada carreira.

§ 1º Perfil Profissional é o documento formal da descrição de funções dos cargos, indicando tarefas genéricas, específicas e especializadas, requisitos de escolaridade, exigências físicas, psicológicas e profissionais e demais condições necessárias ao desempenho do servidor nos cargos e classes.

§ 2º O Perfil Profissional completo será encaminhado para publicação pelo IAPAR no prazo de até dezoito meses a partir da edição desta Lei, por meio de Resolução Conjunta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP e do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR.

§ 3º A regulamentação dos critérios e dos instrumentos específicos relativos à configuração do Perfil Profissional poderá ser alterada, sempre que se considerar necessário ou de interesse institucional, por meio de Resolução Conjunta nos moldes da Resolução que regulamentar o Perfil Profissional.

CAPÍTULO IV DO DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS

Art. 14. Serão aplicados os institutos de progressão e de promoção para o desenvolvimento dos servidores nas carreiras previstas no IAPAR.

§ 1º A progressão é a passagem do servidor estável de uma referência salarial para outra imediatamente superior na mesma classe, tendo como limite a referência salarial final da classe em que está posicionado na tabela de vencimentos básicos.

§ 2º A promoção é a elevação do servidor à classe imediatamente superior àquela a que pertence, dentro da mesma carreira e cargo.

§ 3º O IAPAR adota o Plano de Capacitação para formação, aperfeiçoamento e como requisito de escolaridade para progressão e promoção dos servidores do seu quadro de pessoal estável.

§ 4º A regulamentação dos institutos de progressão e promoção previstos nesta Lei, para o desenvolvimento das carreiras,

serão definidos no prazo de até dezoito meses da publicação desta Lei, por Resolução Conjunta da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, da Secretaria da Administração e da Previdência - SEAP e do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR.

§ 5º A regulamentação dos critérios e dos instrumentos específicos relativos à aplicação dos institutos de progressão e de promoção, para ambas as carreiras, poderá ser alterada, sempre que se considerar necessário ou de interesse institucional, por meio de Resolução Conjunta da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, da Secretaria da Administração e da Previdência - SEAP e do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR.

§ 6º Os certificados e/ou documentos comprobatórios apresentados pelo servidor de ambas as carreiras para progressões e promoções deverão ser oriundos de instituição de ensino reconhecida legalmente ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público, devendo ser apresentados em fotocópia autenticada ou fotocópia acompanhada do original do diploma ou certificado a ser autenticada por servidor da Diretoria de Gestão de Pessoas e de acordo com critérios definidos em normas específicas do IAPAR.

§ 7º As certificações e/ou documentos comprobatórios utilizados no desenvolvimento das carreiras, sob o instituto de progressão, observarão as exclusivamente obtidas no interstício entre uma progressão e outra, não se admitindo quaisquer certificados e/ou documentos comprobatórios anteriores, sendo que a carga horária total das certificações e/ou documentos comprobatórios deverão ser de, no mínimo, setenta por cento na modalidade presencial;

§ 8º Todo e qualquer título, certificado e/ou documento comprobatório, apresentado para ingresso ou para desenvolvimento nas carreiras, será analisado e validado por Comitê instituído para essa finalidade, e restará sem eficácia administrativa para qualquer outro instituto de desenvolvimento na respectiva carreira.

Art. 15. Somente participará dos institutos de promoção e progressão o servidor de ambas as carreiras, em efetivo exercício no IAPAR, que obtiver resultado satisfatório na média do último triênio da avaliação de desempenho, excetuando-se a progressão por antiguidade.

§ 1º Resultado satisfatório consiste na apresentação de

resultados desejáveis alcançados pelo servidor e compatíveis com os padrões de desempenho estabelecidos pela Instituição.

§ 2º O instituto de promoção a que se refere o *caput* deste artigo ocorrerá em conformidade com o Anexo IV que integra esta Lei.

Art. 16. Os requerimentos relativos a progressões e promoções em ambas as carreiras serão recebidos, analisados e encaminhados às Secretarias de Estado competentes para homologação, semestralmente, de acordo com calendário a ser definido pelo IAPAR.

Seção I

Do Desenvolvimento na Carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia

Art. 17. O desenvolvimento profissional nos cargos da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia se dará pelos institutos de progressão e promoção.

Art. 18. A progressão será concedida ao servidor estável, por: antiguidade, avaliação de desempenho, capacitação complementar e por atualização, aperfeiçoamento e especialização.

Art. 19. A progressão por antiguidade será de uma referência salarial e ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício no cargo e na classe, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo:

I - será computado o tempo de estágio probatório;

II - será vedado contar o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná; e

III - será vedado contar o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de governo ou outros poderes, com ou sem ônus para o IAPAR.

Art. 20. A progressão por avaliação de desempenho será de uma referência salarial e ocorrerá a cada três anos contínuos, desde que

o servidor esteja em efetivo exercício no IAPAR ou em atividade prevista em planos de trabalho ou programa de capacitação da instituição.

§ 1º Avaliação de desempenho é o processo que consiste na verificação formal e sistemática dos resultados alcançados pelo servidor, anualmente, comparados com os padrões de desempenho estabelecidos pelo Instituto, mediante avaliação de indicadores específicos para cada cargo e classe definidos em regulamentação interna.

§ 2º A aplicação da progressão por avaliação de desempenho não poderá ser coincidente com a aplicação da progressão por antiguidade, em um mesmo ano.

§ 3º Havendo coincidência prevalecerá a progressão por antiguidade e a referência salarial relativa à avaliação de desempenho será aplicada no primeiro mês do ano seguinte.

Art. 21. O processo de progressão por capacitação complementar será realizado por iniciativa do IAPAR, de acordo com normas e procedimentos específicos e será de até duas referências salariais, aplicadas a cada quatro anos de efetivo exercício no cargo e na classe, via requerimento.

§ 1º Capacitação complementar são as ações de capacitação vinculadas à área de atuação, cargo e classe que visam a aplicação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades complementares às funções do servidor.

§ 2º Quando solicitado, o servidor poderá apresentar certificados de cursos não regulares, previstos no programa de capacitação da instituição ou vinculados à área de atuação do servidor, obedecendo:

I - para os ocupantes do cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia, apresentação de certificados de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 24 (vinte e quatro) horas, limitado a 48 (quarenta e oito) horas;

II - para os ocupantes do cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, apresentação de certificados de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 48 (quarenta e oito) horas,

limitado a 96 (noventa e seis) horas;

III - para os ocupantes do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, apresentação de certificados de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 96 (noventa e seis) horas, limitado a 192 (cento e noventa e duas) horas.

§ 3º Somente serão aceitos certificados de cursos com carga horária mínima de oito horas.

§ 4º Será considerado o somatório da carga horária de cursos afetos à área de atuação do servidor, os quais poderão ser de capacitação, atualização, extensão e aperfeiçoamento.

§ 5º Será vedado considerar o título do curso que caracterize requisito mínimo para ingresso no cargo e na classe correspondente.

Art. 22. Será aplicada progressão por atualização, a cada dez anos, quando o servidor do cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia, após quatro anos na classe A, apresentar certificado de curso de atualização com no mínimo 120 (cento e vinte horas), relativo à área de atuação, com ganho de duas referências salariais.

Art. 23. Será aplicada progressão por aperfeiçoamento, a cada dez anos, quando o servidor do cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia, após quatro anos na classe A, apresentar certificado de curso de aperfeiçoamento com no mínimo 150 (cento e cinquenta horas), relativo à área de atuação, com ganho de duas referências salariais.

Art. 24. Será aplicada progressão por especialização, a cada dez anos, quando o servidor do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, após quatro anos na classe A, apresentar certificado de curso de pós-graduação (*lato sensu*), relativo à área de atuação, com ganho de duas referências salariais.

Art. 25. A progressão por capacitação complementar não poderá ser requerida simultaneamente às progressões por atualização, aperfeiçoamento e especialização, devendo o servidor respeitar o intervalo de tempos para cada modalidade de progressão.

Art. 26. A promoção ocorrerá, via requerimento, para o servidor estável da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e

se dará por formação e/ou tempo, cumprido o estabelecido no Anexo IV desta Lei e normas de procedimentos específicos.

§ 1º A promoção, referida no *caput* deste artigo, ocorrerá sempre no mesmo cargo e na classe subsequente, em referência salarial de valor monetário imediatamente superior, limitada à última referência salarial da classe, não podendo haver superação de classes;

§ 2º A promoção a que se refere o *caput* deste artigo, para o servidor após o estágio probatório, ocorrerá após o cumprimento dos requisitos de formação e tempo, na forma do Anexo IV desta Lei e de acordo com o previsto no programa de capacitação da instituição.

Seção II

Do Desenvolvimento na Carreira Técnico-Científica

Art. 27. O desenvolvimento profissional na carreira Técnico-Científica se dará pelos institutos da progressão e da promoção.

Art. 28. A progressão será concedida ao servidor estável por antiguidade, por avaliação de desempenho, por capacitação complementar e por pós-doutorado ou período sabático.

Art. 29. A progressão por antiguidade será de uma referência salarial e ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício no cargo e na classe, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo:

I - será computado o tempo de estágio probatório;

II - será vedado contar o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná; e

III - será vedado contar o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de governo ou outros poderes, sem ônus.

Art. 30. A progressão por avaliação de desempenho será de uma referência salarial e ocorrerá a cada três anos contínuos, desde que esteja em efetivo exercício no IAPAR, ou em atividade prevista em planos de trabalho ou programa de capacitação da instituição.

§ 1º A aplicação da progressão por avaliação de desempenho não poderá ser coincidente com a aplicação da progressão por antiguidade em um mesmo ano.

§ 2º Havendo coincidência, prevalecerá a progressão por antiguidade e a referência salarial relativa à avaliação de desempenho será aplicada no primeiro mês do ano seguinte.

Art. 31. O processo de progressão por capacitação complementar será realizado, por iniciativa do IAPAR, de acordo com normas e procedimentos específicos e será de até duas referências salariais, aplicadas a cada quatro anos de efetivo exercício no cargo e na classe, via requerimento, quando o servidor apresentar certificados de cursos não regulares, obedecendo:

§ 1º Para os ocupantes do cargo de Pesquisador, apresentação de certificados de cursos relativos à área de atuação, sendo uma referência para cada 120 (cento e vinte) horas, limitado a 240 (duzentas e quarenta) horas.

§ 2º Somente serão aceitos certificados de cursos com carga horária mínima de oito horas.

§ 3º Será considerado o somatório da carga horária de cursos afetos à área de atuação do servidor, os quais poderão ser de extensão, aperfeiçoamento, especialização, conforme normas internas específicas.

§ 4º Será vedado considerar título de curso que caracterize requisito mínimo para ingresso no cargo e na classe correspondente.

Art. 32. A progressão por pós-doutorado ou período sabático será de três referências salariais, aplicada ao pesquisador após quatro anos na classe B ou A, com a possibilidade de outro pós-doutorado com intervalo mínimo de dez anos entre eles.

Parágrafo único. A progressão por capacitação complementar não poderá ser requerida, simultaneamente, com as progressões por pós-doutorado ou período sabático, devendo o servidor respeitar o intervalo de tempos para cada modalidade de progressão.

Art. 33. A promoção ocorrerá, via requerimento, para o servidor estável da carreira Técnico-Científica e se dará por formação e/ou tempo, cumprido o estabelecido no Anexo IV desta Lei e normas de procedimentos específicos.

§ 1º A promoção, referida no *caput* deste artigo, ocorrerá sempre no mesmo cargo e na classe subsequente, em referência salarial de valor monetário imediatamente superior, limitada à última referência salarial da classe, não podendo haver superação de classes.

§ 2º A promoção a que se refere o *caput* deste artigo, para o servidor após o estágio probatório, ocorrerá após o cumprimento dos requisitos de formação e tempo, na forma do Anexo IV desta Lei e de acordo com o previsto no programa de capacitação da instituição.

CAPÍTULO V DA MUDANÇA DE ATIVIDADE E ÁREA DE ATUAÇÃO

Art. 34. A mudança de atividade e área de atuação ocorrerá para os servidores estáveis do IAPAR, no mesmo cargo, na mesma classe e mesma função, conforme previsto no Perfil Profissional do cargo, sem alteração nos vencimentos, com definição de critérios estabelecidos pela Instituição por Resolução própria, não se caracterizando como desvio de função, quando o mesmo atender aos requisitos constantes da atividade pretendida e demais condições definidas, observando-se ainda:

- I - necessidade e interesse institucional;
- II - interesse do servidor;
- III - por impossibilidade de atuação em sua atividade original;
- IV - capacitação profissional para o exercício das atividades;
- V - existência de vaga;
- VI - criação ou extinção de programas/projetos de pesquisa e criação ou extinção de unidades administrativas ou de bases físicas, ou unidades de apoio, com respectivos planos de trabalho.

§ 1º A área de atuação é a área específica em que atua o servidor, integrada por atividades afins e/ou complementares, de acordo com o perfil profissional da classe em que está alocado o servidor, estruturados a partir das necessidades institucionais.

§ 2º A atividade é o ato de realizar uma ação para a qual o servidor foi designado em conformidade à sua área de atuação.

§ 3º Os casos de readaptação ocupacional por determinação médica serão reavaliados mediante análise do Perfil Profissional do cargo e classe em que estiver alocado o servidor.

CAPÍTULO VI DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

Art. 35. A estrutura remuneratória dos cargos de Auxiliar, Assistente e Analista em Ciência e Tecnologia da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e de Pesquisador da carreira Técnico-Científica compõe-se de:

I - vencimento básico ou vencimento base, na forma do Anexo III desta Lei;

II - adicional por tempo de serviço - ATS;

III - salário-família; e

VI - vantagens atribuídas no desempenho do cargo e função em atividades transitórias ou locais definidos por Lei, para servidores lotados em unidades em que se apliquem tais vantagens, conforme estabelecido em legislação vigente.

Parágrafo único. Estrutura salarial conjunto de salários-base dos cargos, ordenados em classes e referências salariais.

Art. 36. Será concedida Gratificação de Atividade Técnico-Científica e de Suporte Técnico - GATC, fixada em valor absoluto, de natureza transitória, vinculada a atividades técnico-científicas e de suporte técnico-administrativo, gerenciamento de programas, projetos, atividades ou áreas funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base da referência inicial de cada classe dos cargos de Auxiliar, Assistente e Analista em Ciência e Tecnologia e de Pesquisador.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará, em até 180 (cento e oitenta) dias, a aplicação e fixará os valores da gratificação a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 37 Será concedida Gratificação de Atividade de Pesquisa Agropecuária - GAPA, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta Lei, de natureza transitória, relativa ao desenvolvimento de atividades associadas à implementação e condução de experimentos e ensaios, ao processamento de produtos da pesquisa (insalubridade), desenvolvimento de atividades penosas (esforços físicos e mentais), exposição às intempéries, entre outras atribuições que competem a essas atividades.

§ 1º Para efeito deste artigo as atividades deverão passar por análise de comissão de avaliação instituída para esse fim e convalidada pelo órgão de Perícia Oficial do Estado.

§ 2º A gratificação mencionada no *caput* deste artigo abrangerá os valores correspondentes à gratificação de insalubridade e periculosidade.

§ 3º Ato da Diretoria Executiva do IAPAR definirá, em até doze meses, a implantação da gratificação mencionada no *caput* deste artigo, ouvidas as áreas competentes.

Art. 38. As demais vantagens que compõem a remuneração, excetuando-se a gratificação por insalubridade, serão calculadas exclusivamente sobre o vencimento básico, ficando vedada a concessão de qualquer outra não prevista em Lei.

Art. 39. As vantagens decorrentes de local de trabalho que necessitem de perícia do órgão oficial do Estado serão devidas somente após laudo de caráter individual ou de local e somente enquanto o servidor permanecer lotado na unidade, sendo extinta sua concessão quando extinto o fato gerador de atribuição.

Art. 40. As vantagens remuneratórias previstas nesta Lei comporão base contributiva para a inatividade conforme dispor a legislação vigente.

Art. 41. É incompatível o recebimento simultâneo da Gratificação de Atividade Técnico-Científica e de Suporte Técnico - GATC

e da Gratificação de Atividade de Pesquisa Agropecuária - GAPA, devendo o servidor optar por uma delas.

Art. 42. Ficam extintos, no âmbito do Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR, três cargos de Diretor, símbolo DAS-3, ficando criados os cargos de provimento em comissão no âmbito do Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR, sendo:

I - quatro cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

II - um cargo de Chefe do Gabinete, símbolo DAS-5.

Art. 43. Fica criada a Função Comissionada de Confiança do IAPAR - FCCI exclusiva para servidores de carreira do quadro permanente do IAPAR, de valor absoluto reajustável nos termos da lei de revisão geral anual, e que cumulativamente exerçam as atribuições de Assessor I, II e III; Coordenador I e II; Líder de Programa; Gerente; Chefe de Núcleo; Responsável Técnico I e II; Chefe de Divisão; Responsável Administrativo; Supervisor I e II; Administrador e Chefe de Seção, conforme Anexo VI desta Lei.

§ 1º A Função Comissionada de Confiança do IAPAR - FCCI é de responsabilidade e livre designação e dispensa do Diretor-Presidente do IAPAR, de acordo com critérios definidos em regulamentação interna, deixando de ser devida no momento em que cessar o exercício da atribuição da respectiva responsabilidade.

§ 2º A Função Comissionada de Confiança - FCCI é inacumulável com Cargo de Provimento em Comissão, Encargos Especiais, Funções Gratificadas, Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE e outras gratificações e adicionais com a mesma natureza e característica.

Art. 44. Os valores referentes às gratificações previstas nos arts. 36 e 37 e a Função Comissionada de Confiança prevista no art. 43 serão reajustados no mesmo percentual e nas mesmas datas em que forem reajustados os quadros de vencimentos de servidores efetivos do Estado.

CAPÍTULO VII DO ENQUADRAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 45 O enquadramento dos servidores estáveis e em estágio probatório alocados na carreira Logística e Gestão em Ciência e

Tecnologia e na carreira Técnico-Científica se dará para o Plano aprovado por esta Lei e ocorrerá na mesma dimensão e proporção para as carreiras, cargos, classes e funções estabelecidas no art. 1º e Anexo II - Correlação de Funções desta Lei, respeitando-se a equivalência de formação e os níveis de complexidade das funções previstas no Plano aprovado pela Lei nº 15.179, de 2006.

§ 1º Quando da publicação desta Lei, os servidores estáveis e em estágio probatório não poderão ser enquadrados em classe inferior ou superior a que se encontravam alocados no Plano de Carreiras aprovado pela Lei nº 15.179, de 2006, mesmo que atendam aos requisitos de escolaridade previstos para ingresso ou promoção na classe subsequente deste Plano.

§ 2º Na data de publicação da presente Lei será efetivado o enquadramento salarial dos servidores da carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e da carreira Técnico-Científica na nova tabela Anexo III e se dará na classe correspondente, conforme Anexo II e na mesma referência salarial ocupada na data de publicação desta Lei.

Art. 46. Os servidores que ingressaram na carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e na carreira Técnico-Científica na vigência da Lei nº 15.179, de 2006, e que finalizaram o estágio probatório até a publicação da presente Lei deverão ser enquadrados no cargo e classe correspondentes conforme Anexo II, na terceira referência salarial, preservando-se a situação funcional de cada servidor quando da publicação da presente Lei, de forma a manter a hierarquia dos vencimentos.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47. Fica estabelecido o Quadro de Pessoal do Instituto Agrônomo do Paraná conforme demonstrado no Anexo I, constando na carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia a quantidade de 982 (novecentos e oitenta e dois) servidores, conforme a seguinte distribuição: 405 (quatrocentos e cinco) servidores no cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia, 337 (trezentos e trinta e sete) servidores no cargo de Assistente em Ciência e Tecnologia e 240 (duzentos e quarenta)

servidores no cargo de Analista em Ciência e Tecnologia e na carreira Técnico-Científica fica estabelecida a quantidade de 250 (duzentos e cinquenta) servidores, totalizando a composição do quadro do IAPAR o número de 1.232 (mil, duzentos e trinta e dois) servidores.

Art. 48. Fica vedado o ingresso na Classe C do cargo Auxiliar em Ciência e Tecnologia, que fica declarada como “EXTINTA AO VAGAR”, sendo que as funções da mesma permanecerão enquanto houver ocupantes que não tenham adimplido aos requisitos das funções da classe superior.

§ 1º Permanece em vigor a tabela salarial correspondente à classe C do cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia com os mesmos limites inicial e final, até que a classe seja extinta.

§ 2º Fica assegurado aos servidores ocupantes da classe C do cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia o direito às progressões e promoções, obedecidas as normas que regulamentam os referidos processos.

Art. 49. Ficam assegurados os atos de homologação e implementação dos processos de progressões e promoções, auferidos na vigência da Lei nº 15.179, de 2006, requeridos e protocolados até a data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. O servidor enquadrado neste Plano de Carreira não poderá utilizar para promoção ou progressão nas carreiras o mesmo certificado, diploma, título ou comprovante de realização de atividades de formação, atualização, capacitação, especialização e qualificação profissional que já utilizou para avançar nas referências salariais ou nas classes do Quadro de Pessoal implantado pela Lei nº 15.179, de 2006.

Art. 50. Os servidores que ingressaram na carreira Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia na vigência da Lei nº 15.179, de 2006, e que não auferiram nenhuma promoção intraclasses por escolaridade, terão direito a uma promoção, após o cumprimento dos prazos regulamentares e por meio de requerimento, desde que apresentada a documentação exigida pela Lei.

§ 1º Os prazos e requisitos a que se refere o *caput* são os mesmos previstos no art. 25 da Lei nº 15.179, de 2006, e Anexo IV, que apenas poderá ser aproveitado pelo servidor uma vez para a primeira promoção.

§ 2º O servidor que for promovido nos termos deste artigo terá suas promoções posteriores regidas inteiramente por esta Lei.

Art. 51. Aos servidores, de ambas as carreiras, estáveis no IAPAR na data da publicação da Lei nº 15.179, de 2006, que não auferiram promoção no decorrer da vigência da citada Lei, será concedido o avanço de uma referência salarial quando do enquadramento na tabela constante do Anexo III.

Art. 52. Aos servidores da carreira Técnico-Científica, estáveis no IAPAR até a data da promulgação da Lei nº 15.179, de 2006, que não auferiram progressão por Titulação, será concedido o avanço de mais duas referências salariais quando do enquadramento na tabela constante do Anexo III.

Art. 53. Para os servidores estáveis ocupantes do cargo de Pesquisador, em exercício na data da publicação desta Lei, que não obtiveram progressão por titulação na vigência da Lei nº 15.179, de 2006, será facultada, em até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, a apresentação de certificados de capacitação complementar, aplicando-se até duas referências salariais, observado o contido no art. 31 desta Lei.

§ 1º Serão aceitos os certificados de cursos, inclusive, com datas anteriores à Lei referida no *caput* deste artigo, para aplicação do instituto de progressão.

§ 2º Nas demais progressões os certificados deverão ser de cursos concluídos após publicação desta Lei e previstos no programa de capacitação da instituição.

Art. 54. Para os servidores estáveis, ocupantes do cargo de Pesquisador, em exercício até a data da publicação desta Lei, será facultada a apresentação de documentos comprobatórios de cursos de pós-doutorado com datas anteriores à Lei nº 15.179, de 2006, uma única vez, quando da aplicação do respectivo instituto de progressão, observado o contido no art. 32 desta Lei, desde que não tenham sido utilizados para este fim antes.

Art. 55. Os primeiros procedimentos de progressão e promoção neste Plano de Carreiras deverão ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, após atos de regulamentação.

Art. 56. Para efeito da contagem de tempo para a aplicação

dos institutos de progressão e promoção para ambas as carreiras será considerada a data da publicação da Lei nº 15.179, de 2006.

Art. 57. O enquadramento dos servidores nas carreiras, nos cargos, nas classes e nas referências salariais, conforme definido no Anexo II desta Lei, será de responsabilidade do IAPAR, ficando a Diretoria de Gestão de Pessoas e os dirigentes da instituição responsáveis por sua perfeita execução.

Art. 58. O servidor que se encontrar, à época da implantação do presente Plano de Carreiras, em licença sem vencimentos para trato de interesse particular, será enquadrado por ocasião da sua reassunção, nos termos desta Lei.

Art. 59. Aplica-se aos servidores aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei, sendo o vencimento básico estipulado conforme a tabela constante do Anexo III.

§ 1º O enquadramento do servidor do IAPAR aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes e se dará na referência salarial correspondente à data da inativação ou do fato gerador de pensão.

§ 2º O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 60. A implementação dos efeitos financeiros decorrentes desta Lei fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para tanto, bem como ao atendimento dos limites de despesas com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 61. O prazo prescricional para revisão dos efeitos decorrentes desta Lei se encerra em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 62. No prazo de até dezoito meses contados da data de publicação desta Lei será definida a Política e o Plano Estratégico de


Gestão de Pessoas do IAPAR.

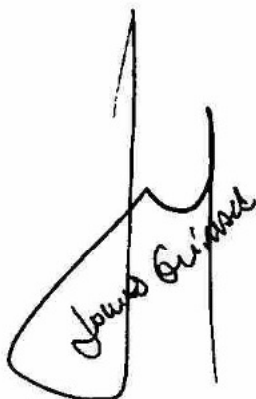
Art. 63. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e o Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR.

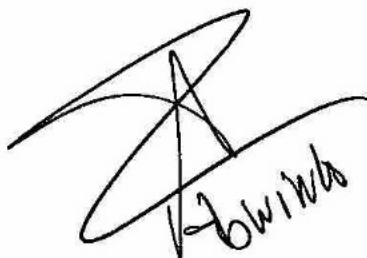
Art. 64. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 15.179, de 30 de junho de 2006, e demais disposições em contrário.

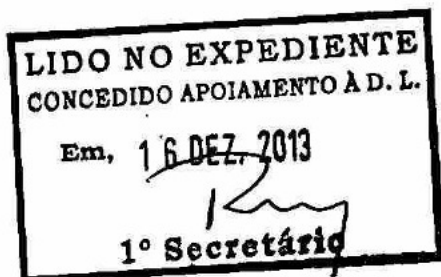
Sala das Comissões, 12 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


João Guimaraes


Relator



PROJETO DE LEI Nº 778/2013

Altera a Lei nº 10.598, de 13 de dezembro de 1993.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.598, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Rondon e foro no Município de Paraíso do Norte.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CARLO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

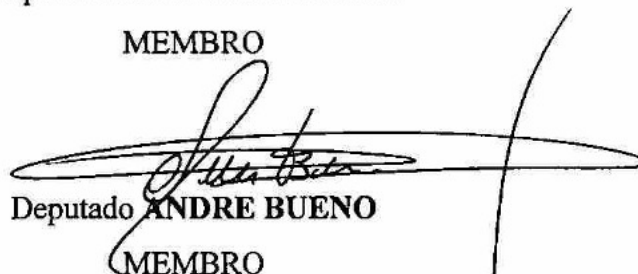


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.598, de 13 de dezembro de 1993 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Rondon. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Rondon e foro no Município de Paraíso do Norte, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 778/2013

Projeto de Lei nº. 778/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 10.598, de 13 de dezembro de 1993.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.598/1993 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo revogar a Lei:

Lei 10.598/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – A.P.M.I., do município de Rondon.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Rondon " para "sede no município de Rondon e foro no município de Paraíso do Norte,".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



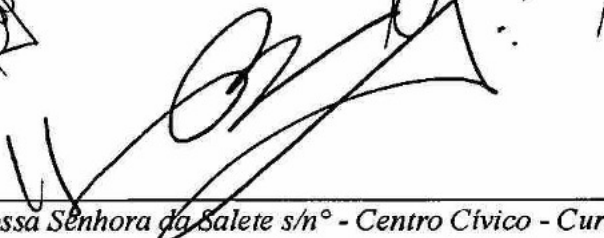
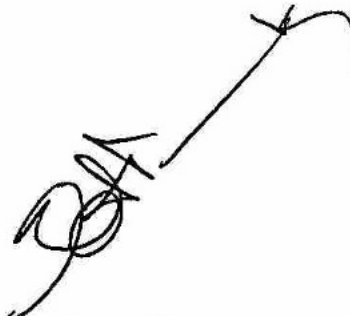
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Salas das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.

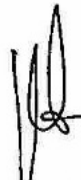


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.02.13 



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 16 DEZ 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 780/2013

Altera a Lei nº 6.944, de 31 de outubro de 1977.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 6.944, de 31 de outubro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê - APAE, com sede e foro no Município de Goioerê.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CARLO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 6.944, de 31 de outubro de 1977 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Padre Anchieta. Contudo, verifica-se que houve alteração no nome da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê- APAE.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 780/2013

Projeto de Lei nº. 780/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 6.944, de 31 de Outubro de 1977.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.944/1977 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS DOS EXCEPCIONAIS PADRE ANCHIETA” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIOERÊ - APAE” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 6.944/1977. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais dos Excepcionais Padre Anchieta.

O projeto pretende modificar a denominação da “Associação de Pais dos Excepcionais Padre Anchieta” para “Associação



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê - APAE", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 114

Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

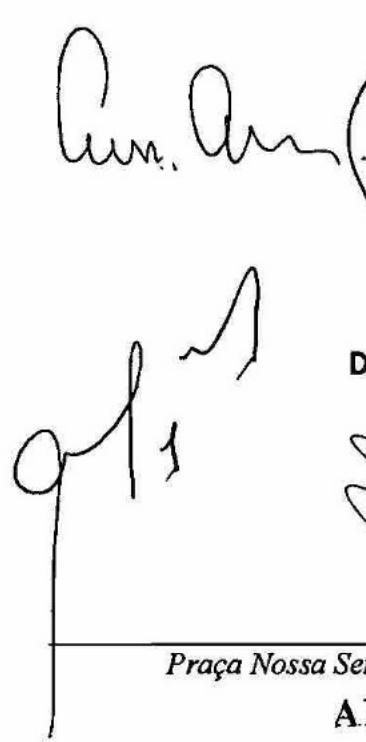


Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

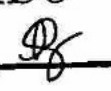
PRESIDENTE

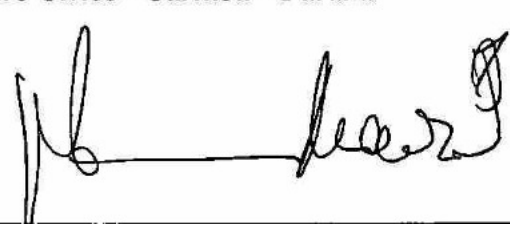

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR




Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.02.14 





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 DEZ 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 781/2013

Altera a Lei nº 9.680, de 5 de setembro de 1991.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 9.680, de 5 de setembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMIF, com sede no Município de Querência do Norte e foro no Município de Loanda.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 9.680, de 5 de setembro de 1991 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. Contudo, verifica-se que houve alteração no nome da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMIF.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 781/2013

Projeto de Lei nº. 781/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 9.680, de 5 de setembro de 1991.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 9.680/1991 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE QUERÊNCIA DO NORTE" PARA "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À FAMÍLIA - APMIF" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 9.680/1991. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Querência do Norte/Pr.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Querência do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Norte/Pr" para "Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMIF", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corroborando deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

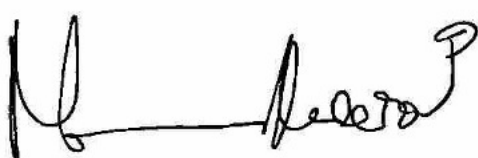
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR


APROVADO

Praca Nossa Senhora da Saleta s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná





LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 16 DEZ 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 782/2013

Altera a Lei nº 10.503, de 26 de outubro de 1993.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.503, de 26 de outubro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, com sede no Município de Moreira Sales e foro no Município de Goioerê.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 10.503, de 26 de outubro de 1993 concedeu o título de Utilidade Pública à Creche Pequeno Príncipe. Contudo, verifica-se que houve alteração no nome da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 782/2013

Projeto de Lei nº. 782/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 10.503, de 26 de outubro de 1993.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.503/1993 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “CRECHE PEQUENO PRÍNCIPE” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO PRÍNCIPE” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 10.503/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro na cidade de Moreira Sales, Estado do Paraná.

O projeto pretende modificar a denominação da “Creche Pequeno Príncipe” para “Associação de Pais, Mestres e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Funcionários do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS


PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.02.14 





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 16 DEZ. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 783/2013

Altera a Lei nº 12.780, de 17 de dezembro de 1999.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.780, de 17 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMIF, com sede e foro no Município de Mandaguáçu.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 12.780, de 17 de dezembro de 1999 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. Contudo, verifica-se que houve alteração no nome da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMIF.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 783/2013

Projeto de Lei nº. 783/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 12.780, de 17 de dezembro de 1999.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.780/1999 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE MANDAGUAÇU” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE, À INFÂNCIA E À FAMÍLIA - APMIF” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 12.780/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mandaguaçu, com sede e foro no município de Mandaguaçu.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mandaguacu" para "Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Família - APMIF", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

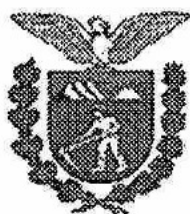
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

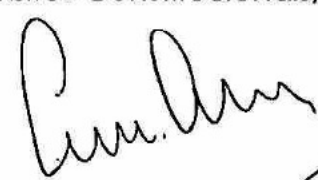
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.

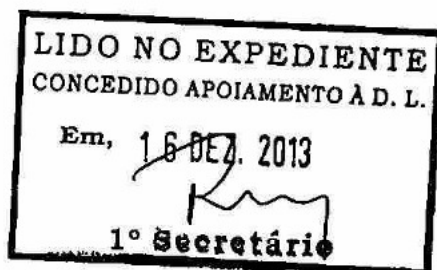

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO



11.02.14



PROJETO DE LEI Nº 784/2013

Altera a Lei nº 8.430, de 12 de dezembro de 1986.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 8.430, de 12 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Cáritas Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 8.430, de 12 de dezembro de 1986 concedeu o título de Utilidade Pública à Cáritas Diocesana de Foz do Iguaçu. Contudo, verifica-se que o nome constante no Estatuto Social da entidade é diverso, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Cáritas Foz do Iguaçu.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 784/2013

Projeto de Lei nº. 784/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 8.430, de 12 de dezembro de 1986.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 8.430/1986 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "CÁRITAS DIOCESANA DE FOZ DO IGUAÇU" PARA "CÁRITAS FOZ DO IGUAÇU" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 8.430/1986. Súmula: Declara de utilidade pública a "CÁRITAS DIOCESANA DE FOZ DO IGUAÇU", com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, Paraná.

O projeto pretende modificar a denominação da "Cáritas Diocesana de Foz do Iguaçu" para "Cáritas Foz do Iguaçu", conforme consta sua razão social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




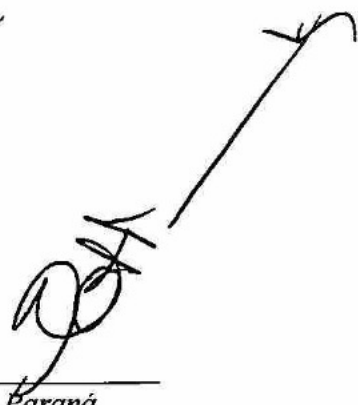
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.

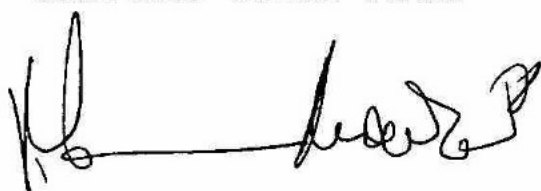

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PROVADO

11.02.14 





PROJETO DE LEI Nº 785/2013

Altera a Lei nº 12.366, de 23 de dezembro de 1998.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.366, de 23 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Quarto Centenário e foro no Município de Goioerê.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CARLO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

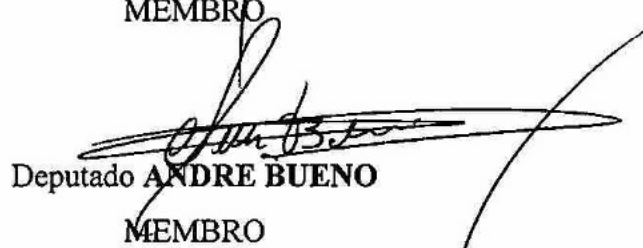


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCIANO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.366, de 23 de dezembro de 1998 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Quarto Centenário. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Quarto Centenário e foro no Município de Goioerê, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 785/2013

Projeto de Lei nº. 785/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 12.366, de 23 de dezembro de 1998.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.366/1998 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei:

Lei 12.366/1998. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a APMI- Associação de Proteção à Maternidade e à Infância no Município de Quarto Centenário.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Quarto Centenário" para "sede no município de Quarto Centenário e foro no município de Goioerê".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

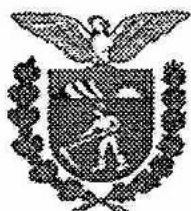
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



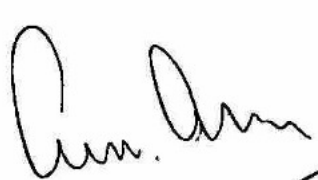
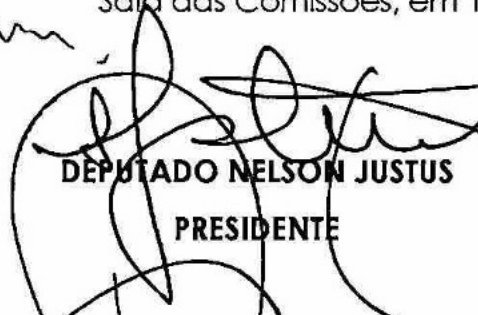
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.

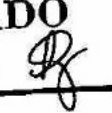


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE




DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

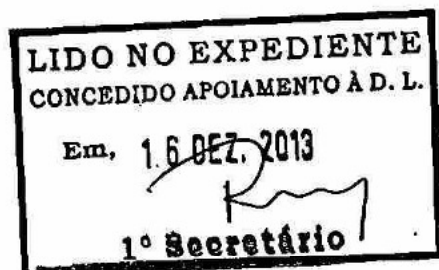
11.02.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 786 /2013

Altera a Lei nº 13.370, de 6 de dezembro de 2001.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 13.370, de 6 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Siqueira Campos, com sede e foro no Município de Siqueira Campos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CARLO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **RADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCIDIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 13.370, de 6 de dezembro de 2001 concedeu o título de Utilidade Pública ao Asilo São Vicente de Paulo da Paróquia de Siqueira Campos. Contudo, verifica-se no Estatuto Social da entidade consta nome diverso, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Asilo São Vicente de Paulo de Siqueira Campos.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 786/2013

Projeto de Lei nº. 786/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 13.370, de 6 de dezembro de 2001.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.370/2001 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DA PARÓQUIA DE SIQUEIRA CAMPOS” PARA “ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DE SIQUEIRA CAMPOS” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

Lei 13.370/2001. Súmula: Declara de utilidade pública O “Asilo São Vicente de Paulo da Paróquia de Siqueira Campos”, com sede e foro no município de Siqueira Campos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação do "Asilo São Vicente de Paulo da Paróquia de Siqueira Campos" para "Asilo São Vicente de Paulo de Siqueira Campos", conforme consta sua razão social.

FUNDAMENTAÇÃO

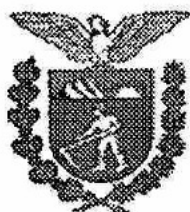
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.


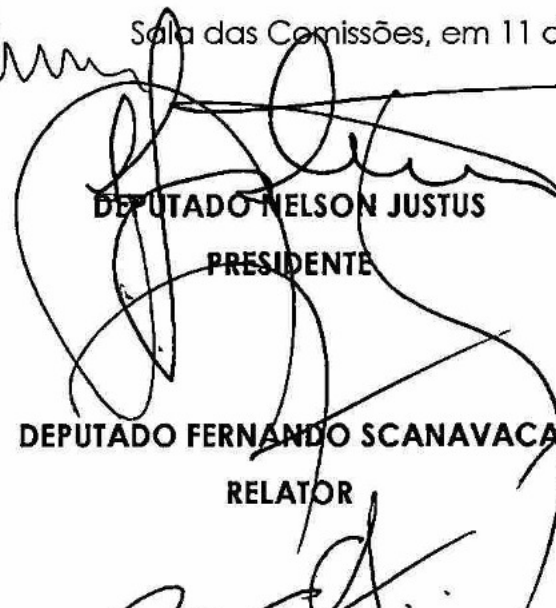
Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.02.14




LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 16 DEZ. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 787/2013

Altera a Lei nº 7.902, de 6 de agosto de 1984.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 7.902, de 6 de agosto de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Atalaia e foro no Município de Nova Esperança.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO

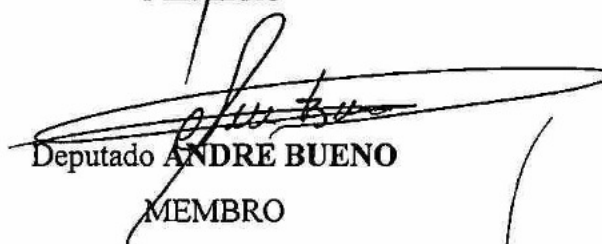


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TIROLIO TURINI**
MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 7.902, de 6 de agosto de 1984 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Atalaia. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Atalaia e foro no Município de Nova Esperança, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 787/2013

Projeto de Lei nº. 787/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 7.902, de 6 de agosto de 1984.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.902/1984 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei:

Lei 7.902/1984. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ATALAIA", com sede e foro no Município de Atalaia.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Atalaia" para "sede no município de Atalaia e foro no município de Nova Esperança".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


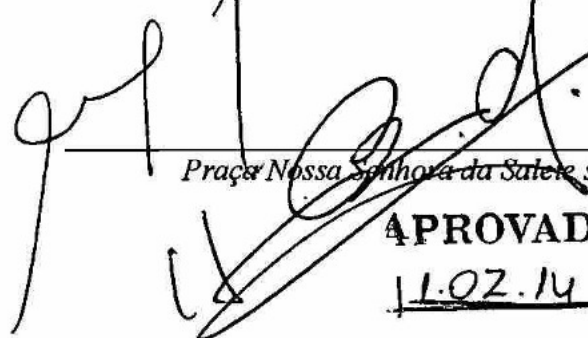
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

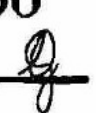
Salas das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.

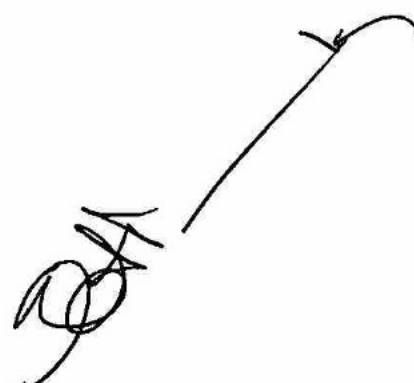
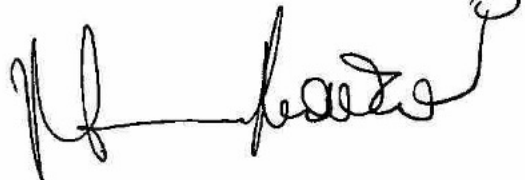

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.02.14 



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 16 DEZ. 2013
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 788 /2013

Altera a Lei nº 12.472, de 20 de janeiro de 1999.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 12.472, de 20 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no Município de Tamboara e foro no Município de Paranavaí.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.472, de 20 de janeiro de 1999 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Tamboara. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Tamboara e foro no Município de Paranavaí, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 788/2013

Projeto de Lei nº. 788/2013

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Altera a Lei nº 12.472, de 20 de janeiro de 1999.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.472/1999 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei:

Lei 12.472/1999. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tamboara", com sede e foro no Município de Tamboara.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Tamboara" para "sede no município de Tamboara e foro no município de Paranavaí".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

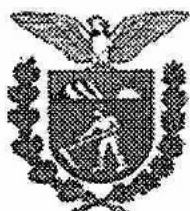
Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 098

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

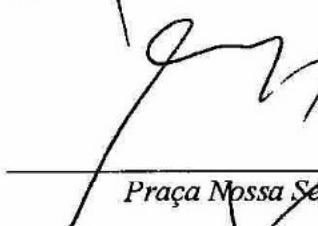


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

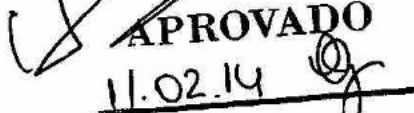

Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.02.14





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 18 FEV. 2014
[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 40 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I – Lei nº 13.678, de 9 de julho de 2002;
- II – Lei nº 13.788, de 10 de setembro de 2002;
- III – Lei nº 13.792, de 10 de setembro de 2002;
- IV – Lei nº 13.815, de 6 de novembro de 2002;
- V – Lei nº 13.828, de 6 de novembro de 2002;
- VI – Lei nº 13.829, de 6 de novembro de 2002;
- VII – Lei nº 13.859, de 6 de novembro de 2002;
- VIII – Lei nº 13.891, de 25 de novembro de 2002;
- IX – Lei nº 13.915, de 6 de dezembro de 2002;
- X – Lei nº 13.925, de 6 de dezembro de 2002;
- XI – Lei nº 13.937, de 6 de dezembro de 2002;
- XII – Lei nº 14.176, de 5 de novembro de 2003;
- XIII – Lei nº 14.386, de 12 de maio de 2004;
- XIV – Lei nº 14.474, de 28 de julho de 2004 e
- XV – Lei nº 14.564, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.

[Assinatura]
Deputado CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

[Assinatura]
Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

[Assinatura]
Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado TADEU VENERI

MEMBRO


Deputado TERCILIO TURINI

MEMBRO


Deputado ANDRÉ BUENO

MEMBRO

Deputado ANIBELLI NETO

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis que concederam o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumpriram os requisitos exigidos na lei de concessão, pois se destinam à defesa dos interesses restritos de seus associados. A declaração de Utilidade Pública é prevista para entidades que comprovem interesse público e prestem serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos preceitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público - não poderá ser enquadrada como de Utilidade Pública (na hipótese de já ter sido o título outorgado anteriormente, deixará de sê-lo caso a entidade não reveja seu estatuto e suas condutas de acordo com os ditames legais).

Além das exigências dispostas no art. 1º da Lei acima mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

“Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública".(grifo do Parlamentar proponente)

Cabe ressaltar que o texto transcrito veda expressamente a declaração de Utilidade Pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, interpretando-se conjuntamente os arts. 1º e 6º da Lei nº 17.826, de 2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de Utilidade Pública.

Adentrando no campo doutrinário, tem-se que as entidades de Utilidade Pública, por definição, são pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, pautadas na prática da benemerência, visando ao bem-estar social, às necessidades e ao proveito de toda a coletividade. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Portanto, diante da necessidade da revogação das Leis pelos motivos acima expostos, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 40/2014

Projeto de Lei nº. 40/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
13.678/2002, 13.788/2002, 13.792/2002,
13.815/2002, 13.828/2002, 13.829/2002,
13.859/2002, 13.891/2002, 13.915/2002,
13.925/2002, 13.937/2002, 14.176/2003,
14.386/2004, 14.474/2004 E 14.564/2004, QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA -
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 13.678/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e agricultores da comunidade São Roque, com sede e foro no município de Palotina.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 13.788/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de moradores e agricultores da linha Caravágio", com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.792/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de bairros Bela Vista e Jardim Moreira, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina.

Lei 13.815/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e produtores da vila rural Santa Bernadete com sede na vila rural de santa Bernadete, distrito de Monte Real e foro no município de Santo Antônio da Platina.

Lei 13.828/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Moradores do Jardim Araucária", com sede e foro no município de Campo Mourão.

Lei 13.829/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores do jardim Curitiba com sede e foro no município de Goioerê-pr.

Lei 13.859/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores da comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Icaraíma.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 13.891/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e produtores rurais do bairro dos Gonçalves, com sede e foro no município de Goioerê.

Lei 13.915/2002. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de moradores do Conjunto Antilhas, mundo novo e cidade nova- AMANCI, com sede e foro no município e comarca de Campo Mourão - pr.

Lei 13.925/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a "Sociedade esportiva e recreativa Santos Dumont", com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.937/2002. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação dos moradores do leão e vizinhança de Agudos do Sul, com sede em Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Lei 14.176/2003. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e amigos três bairros, com sede e foro no município de Rio Negro.

Lei 14.386/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação comunitária Vila Real, com sede e foro nesta capital.

Lei 14.474/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de bairro da Vila Martins, com sede e foro no município de Reserva -PR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 14.564/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores de Aurora do Iguaçu, com sede no Distrito de Aurora do Iguaçu e foro no município de São Miguel do Iguaçu - PR.

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

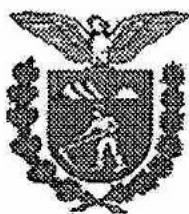
Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados os sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

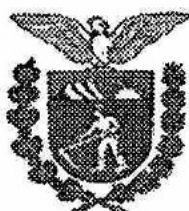
II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

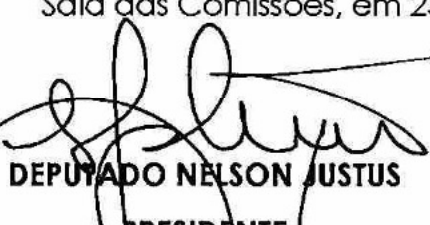


Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.


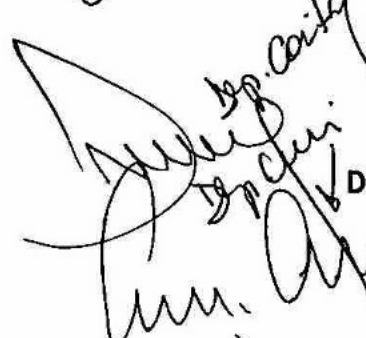
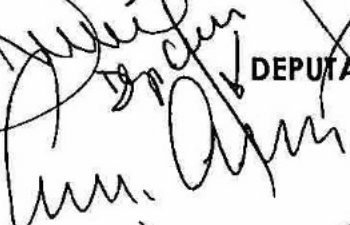



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR







Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

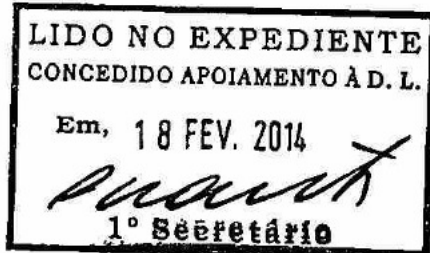
APROVADO

25.02.14


Dep. Nereu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



PROJETO DE LEI Nº 41 /2014

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I – Lei nº 14.610, de 13 de janeiro de 2005;
- II – Lei nº 14.726, de 6 de junho de 2005;
- III – Lei nº 14.792, de 15 de julho de 2005;
- IV – Lei nº 15.085, de 4 de maio de 2006;
- V – Lei nº 15.189, de 4 de julho de 2006;
- VI – Lei nº 15.256, de 11 de setembro de 2006;
- VII – Lei nº 15.280, de 22 de setembro de 2006;
- VIII – Lei nº 15.306, de 18 de outubro de 2006;
- IX – Lei nº 15.531, de 12 de junho de 2007;
- X – Lei nº 15.664, de 23 de outubro de 2007;
- XI – Lei nº 15.714, de 30 de novembro de 2007;
- XII – Lei nº 15.889, de 28 de julho de 2008;
- XIII – Lei nº 16.223, de 28 de agosto de 2009;
- XIV – Lei nº 16.660, de 10 de dezembro de 2010 e
- XV – Lei nº 16.766, de 29 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

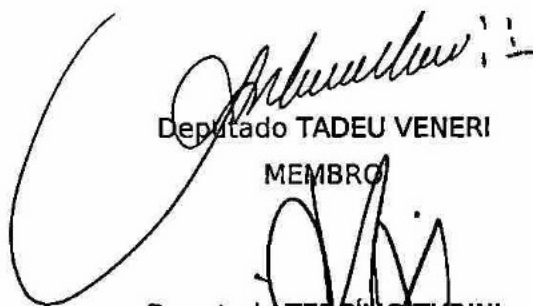
Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*

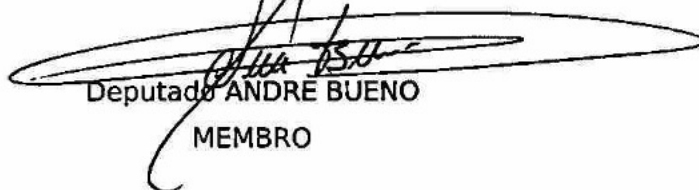



Deputado TADEU VENERI

MEMBRO


Deputado TERCÍLIO TURINI

MEMBRO


Deputado ANDRÉ BUENO

MEMBRO

Deputado ANIBELLI NETO
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis que concederam o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumpriram os requisitos exigidos na lei de concessão, pois se destinam à defesa dos interesses restritos de seus associados. A declaração de Utilidade Pública é prevista para entidades que comprovem interesse público e prestem serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos preceitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público - não poderá ser enquadrada como de Utilidade Pública (na hipótese de já ter sido o título outorgado anteriormente, deixará de sê-lo caso a entidade não reveja seu estatuto e suas condutas de acordo com os ditames legais).

Além das exigências dispostas no art. 1º da Lei acima mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

“Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública".(grifo do Parlamentar proponente)

Cabe ressaltar que o texto transcrito veda expressamente a declaração de Utilidade Pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, interpretando-se conjuntamente os arts. 1º e 6º da Lei nº 17.826, de 2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de Utilidade Pública.

Adentrando no campo doutrinário, tem-se que as entidades de Utilidade Pública, por definição, são pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, pautadas na prática da benemerência, visando ao bem-estar social, às necessidades e ao proveito de toda a coletividade. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Portanto, diante da necessidade da revogação das Leis pelos motivos acima expostos, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 41/2014

Projeto de Lei nº. 41/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
14.610/2005, 14.726/2005, 14.792/2005,
15.085/2006, 15.189/2006, 15.256/2006,
15.280/2006, 15.306/2006, 15.531/2007,
15.664/2007, 15.714/2007, 15.889/2008,
16.223/2009, 16.660/2010 E 16.766/2010, QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA -
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 14.610/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e produtores rurais do bairro de São José de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro no município de Cruzeiro do Oeste.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 14.726/2005. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de moradores do jardim alvorada de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Lei 14.792/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores do vinte e cinco e linha férrea e sem teto de Ibaíti, com sede e foro no município de Ibaíti.

Lei 15.085/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores da localidade de Ribeirãozinho, com sede e foro no município de Agudos do Sul.

Lei 15.189/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e agricultores da linha Caravagio, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 15.256/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos produtores de caprinos de nova Tebas, com sede no município de nova Tebas e foro no município de Manoel Ribas.

Lei 15.280/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores e produtores rurais da comunidade de colônia municipal e adjacências, com sede e foro no município da Lapa.

Lei 15.306/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores do distrito de Pirapó "Maria aparecida Antônio Severino", com sede e foro no município de Apucarana-PR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 15.531/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores e produtores rurais da comunidade dos Alves da Lapa - Agro-Alves, com sede e foro no município da Lapa.

Lei 15.664/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores de Fluvópolis, com sede e foro no município de São Mateus do Sul.

Lei 15.714/2007. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a "Associação comunitária vila rural Flor do Campo", com sede e foro no município de Campo Mourão - PR.

Lei 15.889/2008. Súmula: Declara de utilidade pública o Conselho comunitário da vila "C" - CCVC, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Lei 16.223/2009. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação comunitária das mulheres de Corumbataí do Sul, com sede no município de Corumbataí e foro no município de Barbosa Ferraz.

Lei 16.660/2010. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores da capela Santa Luzia e estrada de Vila Rica, com sede e foro no município de Icaraíma.

Lei 16.766/2010. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores do Jardim Boa Vista, com se e foro no município de Mandaguari.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados os sócios;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

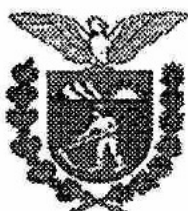
III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

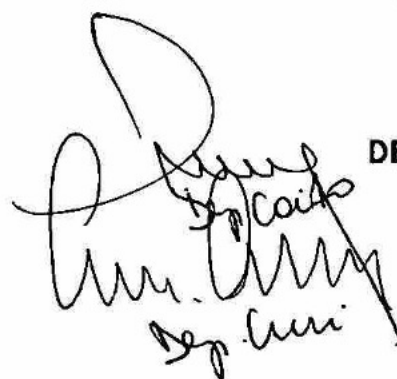
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Lúcio


Dep. Aurélio


Dep. Luciano


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

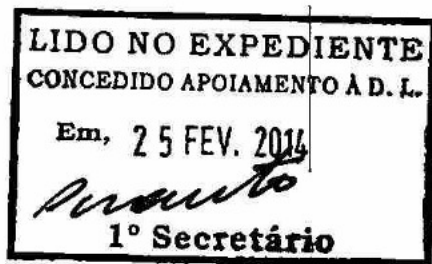
25.02.14


Dep. Nelson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa



Projeto de Resolução nº 01/14

Denomina *ESPAÇO AFONSO CAMARGO* a sala de entrada do Edifício Tancredo Neves.

Art. 1º Denomina *ESPAÇO AFONSO CAMARGO* a sala de entrada do Edifício Tancredo Neves, Anexo da Assembleia Legislativa, onde estão localizados os Gabinetes dos Deputados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa



JUSTIFICATIVA

O Projeto de Resolução apresentado tem por objetivo nominar o espaço de convivência localizado no piso térreo do edifício Tancredo Neves. O espaço é novo e, pela importância do local, necessita de uma denominação. A sugestão do nome do ex-senador e ex-deputado federal Affonso Alves de Camargo Netto deveu-se à sua marcante trajetória política, exemplo de homem público sempre comprometido com a ética e o bem comum. A ascendência de Affonso Camargo Neto certamente influenciou na sua carreira pública e também remete à lembrança dos paranaenses o nome de seu avô, Afonso Camargo, ex-governador do Paraná.

Affonso Camargo Netto esteve na política por 54 anos. Foi o paranaense que atuou por mais tempo no Congresso Nacional e ficou conhecido como "o pai do vale-transporte". Ele representou o Paraná na Câmara dos Deputados por quatro vezes (1994, 1998, 2002 e 2006) e foi senador da República por dois períodos (1975-1978 e 1987-1994). Também foi vice-governador do Estado, ministro dos Transportes e ocupou ainda outros cargos no governo estadual.

Com esta homenagem, a Assembleia Legislativa pretende preservar na memória do povo do Paraná o legado de Affonso Camargo que é referência hoje e certamente será para futuras gerações: o exemplo do homem de visão, preocupado com as causas sociais, especialmente àquelas voltadas aos trabalhadores e à Educação.

Biografia:

Affonso Alves de Camargo Netto (Curitiba, 30 de abril de 1929 — Curitiba, 24 de março de 2011) foi um engenheiro civil e político brasileiro do estado do Paraná. Filho de Pedro Alípio Alves de Camargo e Ismênia Marçallo de Camargo, neto do ex-governador do Paraná Afonso Camargo e descendente do fundador de Curitiba, bandeirante Baltasar Carrasco dos Reis.

Foi vice-governador do estado do Paraná, senador da república pelo mesmo estado, além de deputado federal, eleito em 1995, representando o povo paranaense.

Camargo Netto foi Candidato a Presidente da República em 1989. Sua família paterna, formada por pecuaristas e donos de frigoríficos, fornecera quadros políticos ao antigo Partido Republicano Paranaense.

Affonso Camargo Netto foi casado com Gina Flores de Camargo, filha de Fernando Flores, constituinte de 1946 e deputado federal pelo Paraná entre 1946 e 1955, com quem teve cinco filhos, dos quais dois adotivos. Casou-se pela segunda vez em março de 1994 com Nadir de Santa Maria de Camargo, com quem teve um filho.



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO 1/2014

Projeto de Resolução nº 1/2014

Autor: Comissão Executiva

DENOMINA ESPAÇO AFONSO
CAMARGO A SALA DE ENTRADA DO
EDIFÍCIO TANCREDO NEVES.

**EMENTA: PROJETO DE RESOLUÇÃO.
DENOMINAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO DA ALEP.
COMPETÊNCIA DA MESA EXECUTIVA. ART. 18,
XVII E 121, § 2º DO REGIMENTO INTERNO.
DENOMINAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO. ART.
238 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI
FEDERAL 6.454, DE 1977. LEI ESTADUAL 8.761.
DE 1988. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER
FAVORÁVEL.**

RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a qual tem por objetivo denominar como "Espaço Afonso Camargo" a sala de entrada do Edifício Tancredo Neves.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância com o disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Liderança do Governo



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

"Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores."

O projeto de resolução visa denominar um espaço físico desta Assembleia Legislativa. Nesse sentido, faz-se imperioso frisar que a competência para tanto é da Mesa Executiva, conforme estabelece o art. 18, XVII do Regimento Interno:

Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

XVII - estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembleia Legislativa;

A proposição foi apresentada como Projeto de Resolução, tendo em vista que, conforme o § 2º do art. 121 do Regimento Interno, esse tipo de proposição é a mais adequada para regular as matérias de caráter político, administrativo e processual de interesse da Assembleia.

Diante disso, vislumbra-se que quanto à forma, o projeto respeitou os dispositivos regimentais.

Considerando que a proposição visa denominar um espaço público, faz-se necessário a análise da legislação específica sobre o tema. A Constituição Estadual determina:



Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

A Lei Federal 6.454, de 24 de outubro de 1977 estabelece:

Art. 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Por fim, a Lei Estadual nº 8.761, de 29 de abril de 1988 prescreve:

Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Liderança do Governo



geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Observa-se que o projeto está em consonância com as normas citadas, pois o nome escolhido para o espaço não é de pessoa viva. Ademais, trata-se de espaço que ainda não recebeu denominação.

Pelo exposto, o projeto cumpre com todos os requisitos constitucionais e legais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Resolução 1/2014.

Sala das Comissões, 11 de março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR


APROVADO

11.03.14


Dep. Nereu


Dep. Scaramone


Dep. Proden


Dep. Lauripion